



Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, e o Nobel da Paz, Oscar Arias

## Prêmio Nobel destaca papel da Farmácia na aproximação dos povos

Oscar Arias Sánchez, ex-presidente da Costa Rica, encontrou-se com o presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, em Orlando, na Flórida

Um encontro emocionou, de maneira especial, o presidente do conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, em Orlando (EUA), onde ele foi participar do Congresso de Ciências Farmacêuticas das Américas, realizado pela AAPS (Associação Americana de Cientistas Farmacêuticos), em março. Foi o encontro com o Prêmio Nobel da Paz (1987) Oscar Arias Sánchez. A convite da AAPS, Arias abriu a programação científica do evento, elogiando a iniciativa da área farmacêutica, de buscar a aproximação técnica e científica dos povos do Terceiro Mundo.

Para o Nobel, é importante essa união de forças, para pressionar países do Primeiro Mundo, como os Estados Unidos, e convencê-los de que não adianta fecharem-se em seus “paraísos” domésticos, enquanto os povos pobres vivem sem condições sanitárias mínimas. Para Souza Santos, lideranças, como Oscar Arias, são um ponto de luz, nesse momento difícil em que povos ricos e pobres ampliam o fosso que os separa.

Oscar Arias Sanchez foi presidente da Costa Rica e possui um prestígio internacional enorme, tanto que a ele é dado o papel de porta-voz dos países

em vias de desenvolvimento. Arias percorreu o mundo, difundindo uma mensagem de paz e compartilhando com os povos e outros líderes as lições do processo de pacificação da América Central. O Nobel é um notável e combativo defensor do desenvolvimento humano, da democracia e da desmilitarização dos povos. Converteu-se num parâmetro pelo qual muitos se guiaram para julgar a política dos Estados Unidos.

Nascido, em Heredia, na Costa Rica, em 1940, Arias formou-se advogado e economista. Em 1974, recebeu o doutorado em ciências políticas da Universidade de Essex, na Inglaterra. Ocupou cargos no legislativo e no governo do seu País, antes de eleger-se presidente, em 1986.

**Turbulência** - O Dr. Oscar Arias assumiu a presidência da Costa Rica, num período de grande turbulência, na região centro-americana. A queda da ditadura de Somoza, em 1979, e a tomada do poder por parte da frente Sandinista de Libertação Nacional criaram uma inevitável fonte de tensão, na área. Por outro lado, as interferências ideológica e militar das superpotências, ainda enfrentadas dentro do marco da guerra fria, ame-

açavam ultrapassar tanto o alcance, como a definição do conflito centro-americano.

Esse intervencionismo incrementou o rigor de uma guerra civil que já havia resultado na perda de 100 mil vidas, em Guatemala, além de ter agravado a instabilidade interna, em El Salvador e Nicarágua, e de ter criado tensões fronteiriças entre Nicarágua e os países vizinhos Honduras e Costa Rica. Embora o governo houvesse previsto a decisão de fazer uma “proclamação de neutralidade”, Costa Rica parecia irremediavelmente envolvida nos conflitos da área. É aí que entram, mais uma vez, o poder e os esforços de Oscar Arias em favor da paz.

Antes mesmo de assumir a Presidência, Arias realizou uma viagem pelos países da América Central e do Sul, para convidar, pessoalmente, os chefes de governo a estarem presentes na solenidade de sua posse. Nove presidentes latino-americanos reuniram-se, em São José dos (Costa Rica). Ali, o presidente Arias convocou uma aliança continental em defesa da democracia e da liberdade, na região.

Na oportunidade, reafirmaram-se os princípios de que todos os centro-americanos podiam desfrutar das mesmas liberdades e garantias de democracias social e econômica, e que cada nação tinha o direito de eleger, mediante eleições livres e limpas, o tipo de governo mais adequado para melhor atender às necessidades e os interesses de seu povo. E que nem as armas, nem os regimes totalitários podiam ter o direito de decidir por eles. A partir daí, guiada por Oscar Arias Sánchez, a Costa Rica assumiu um papel ativo na busca da democracia e da paz para os países da região.

**O Prêmio** - Em 1987, o presidente Arias desenhou um plano de paz, para por fim à crise regional. Amplamente reconhecido como o Plano Arias de Paz, a sua iniciativa culminou no Acordo de Esquipulas II e no procedimento para estabelecer a paz, firme e duradoura, na América Central, firmado por todos os presidentes dos países, em 7 de agosto de 1987. Neste mesmo ano, Arias recebeu o Prêmio Nobel da Paz.

Em 1988, ele utilizou o conteúdo econômico do Prêmio Nobel, para criar a Fundação Arias para a Paz e o Progresso Humano. A entidade patrocina três programas: o Centro para o Progresso Humano, cujo objetivo é a promoção da igualdade de oportunidade para as mulheres em todos os setores da sociedade da América Central; o Centro para a Participação Organizada, para promover o intercâmbio na orientação filantrópica na

América Latina; e o Centro para a Paz e a Reconciliação, que trabalha em favor da desmilitarização e de conflitos no mundo em desenvolvimento. Recentemente, Arias lançou uma iniciativa que visa à criação de um código internacional de conduta para a transferência de armas. Atualmente, ele também participa ativamente de várias organizações internacionais.

Além de conhecido pelo desem-

penho internacional, Oscar Arias também goza de reconhecimento pelo manejo econômico apresentado, durante o seu período de presidente da Costa Rica. Ele acredita que um governo de intervenção reduzida e de mínima burocracia é o melhor promotor de uma economia próspera. Durante o período em que esteve na presidência, a Costa Rica manteve uma economia considerada sã e apresentou um alto nível de qualidade de vida; o Pro-

duto Interno Bruto manteve um crescimento de 5% anual e a taxa de desemprego tornou-se a mais baixa do Hemisfério. Esse desenvolvimento econômico esteve balanceado por um forte programa de bem-estar social que incluía, entre outras medidas, a promoção de recursos financeiros aos setores menos favorecidos da sociedade.

## Aleitamento materno: proposta brasileira é aprovada em Genebra



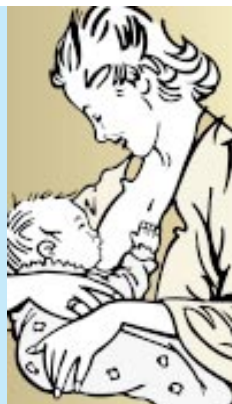
O Brasil obteve mais uma importante vitória internacional. No dia 17 de maio, em Genebra (Suíça), foi aprovada a proposta brasileira sobre nutrição infantil, durante a 54ª Assembléia Mundial de Saúde. Com a mudança, a Organização Mundial de Saúde (OMS) passará a recomendar o prazo de seis meses para que os bebês sejam alimentados só com o leite materno, sem água ou outros alimentos. Seguida de alimentação complementar adequada, a chamada “amamentação exclusiva” é fundamental para a sobrevivência, crescimento e desenvolvimento infantis.

Antes, o organismo internacional preconizava o período de quatro meses como o mínimo ideal para amamentação exclusiva. Embora seja adotada, no Brasil, há mais de dez anos, a proposta chegou a causar polêmica, ano passado, quando apresentada na assembléia da OMS pelo ministro da Saúde, José Serra. Depois de quase um ano de discussão, no entanto, especialistas de todo o mundo, reunidos em março deste ano, na sede da OMS, em Genebra, ratificaram a posição brasileira.

O programa brasileiro de aleitamento materno conseguiu, nos últimos anos, conquistas expressivas. O País tem, hoje, uma das maiores e mais avançadas redes de bancos de leite do mundo. Atualmente, são 136 unidades distribuídas em todo o território nacional e com expansão anual projetada em 25% nos próximos quatro anos. Somente em 1999, a rede forneceu em torno de 100 mil litros de leite humano pasteurizado e de qualidade certificada a mais de 100 mil recém-nascidos prematuros e de baixo-peso.

**Ação global**— No dia 14 de maio, houve mais um sinal da iminente vitória brasileira. No discurso de abertura da 54ª Assembléia Mundial de Saúde, a diretora-geral da OMS, Gro Bruntland, antes resistente à proposta, pediu aos Estados membros da entidade apoio ao aleitamento materno exclusivo, durante os seis primeiros meses de vida. Tudo de acordo com o que o Brasil pleiteava, desde 2000.

Na reunião do dia 15 de maio, em Genebra, o ministro da Saúde, José Serra, conclamou os Estados membros da OMS a “dar maior ênfase à nutrição de crianças menores de cinco



LEITE

anos, reconhecendo, pela primeira vez, a alimentação e nutrição adequadas como direito humano fundamental”. Além disso, Serra solicitou apoio para identificar, implementar e avaliar medidas inovadoras, a fim de melhorar a nutrição infantil no mundo.

A proposta brasileira enfatizou o aleitamento materno exclusivo, durante os seis primeiros meses de vida e a alimentação complementar

apropriada, a partir desta idade, valorizando os alimentos regionais e as atividades de base comunitária.

O Brasil quer também que a OMS desenvolva uma ação global para melhorar a nutrição infantil, formulada por meio de discussões regionais, que resulte num grande pacto entre os países e organizações internacionais, já em 2002. Um terço das crianças de todo o mundo, menores de cinco anos, têm algum tipo de desnutrição. Isso contribui para metade dos 10,5 milhões de óbitos, por ano, nesta faixa etária. No Brasil, a desnutrição atinge 4,5% das crianças, em média, com grande concentração nas famílias de baixa renda.

**Prêmio** — Um brasileiro é destaque na 54ª Assembléia da OMS. O pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), João Aprígio Guerra de Almeida, recebeu prêmio por seu trabalho na Rede de Bancos de Leite de Humano (BLH) do País.

O Doutor João Aprígio coordena as ações na área, desde 1985. Trata-se do principal responsável pelo padrão de qualidade e tecnologia de alta confiabilidade e baixo custo da Rede-BLH, que tem servido de modelo para outros países. A Rede-BLH é uma das principais ações do Ministério da Saúde em favor da amamentação, com atuação intensa no atendimento às mães que amamentam no incentivo ao aleitamento.

Essas medidas são responsáveis, em conjunto com outras ações governamentais e de outros setores da sociedade, por um expressivo aumento na prevalência do aleitamento materno, na última década, que passou de 49,9% em 1989 para 80,5%, em 1999. Os aspectos positivos podem ser traduzidos, direta e indiretamente, numa economia anual de mais de 540 milhões de dólares. Além disso, previnem a mortalidade infantil, a desnutrição, as doenças infecciosas e crônico-degenerativas e diversas outras doenças associadas ao desmame precoce.

Mais informações podem ser obtidas junto à “Agência Saúde” (Assessoria de Comunicação do MS), pelos telefones (61)315-2005 e 315-2784, fax 225-7338 e e-mail [imprensa@saude.gov.br](mailto:imprensa@saude.gov.br)